

Tramitação do PCS no Legislativo

Com a indefinição nas eleições presidenciais, a discussão do PCS dos servidores do Poder Judiciário no Legislativo acabou ficando para novembro, já que os líderes partidários na Câmara dos Deputados decretaram “recesso branco”, o que significa que não haverá quorum suficiente para as votações no mês de outubro. A última votação de projeto na Câmara ocorreu no dia 17 de julho deste ano. Enquanto isso, a votação dos Planos de Cargos e Salários dos servidores do Poder Judiciário [PL 6613/2009] e do Ministério Público [PL 6697/2009], está na CFT, da Câmara dos Deputados, com duas emendas de parlamentares propondo remuneração através de subsídio que, sendo acolhidas, o projeto será devolvido ao STF, por ser matéria de mérito, não se vislumbrando mais qualquer perspectiva de devolução do mesmo para votação.

Consultores do Núcleo de Assuntos Econômicos-Fiscais da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados prepararam uma nota técnica alertando para aquilo que chamam “os riscos” de aumento da despesa e, em consequência, sobrar menos recursos para honrar os compromissos, principalmente com pagamento de banqueiros.

Entretanto, alguns analistas apontam fatores positivos nessa conjuntura. O primeiro é o fato de que a nota também ressalta que existem os projetos que, devido à autonomia orçamentária dos poderes e órgãos de origem, não poderiam deixar de ser considerados na proposta orçamentária para 2011. Isso pode criar



Manifestação em frente ao STF, ocorrida no dia 28/09

condições para que os PCSs possam ser contemplados no Parecer Preliminar do Relator-Geral, senador Gim Argelo (PTB-DF), o que poderia dispensar a necessidade de propor alteração na Lei de Diretrizes Orçamentária, mas isso sempre com o aval do Chefe do Executivo atual.

O segundo fato é a própria mudança no prazo, pois permitirá que seja incluído nesse parecer o resultado da negociação entre STF, PGR e Presidência da República sobre a forma de implementação dos planos de carreiras do Judiciário e do Ministério Público sem a necessidade de alteração na LDO.

De acordo com Antônio Augusto Queiroz, assessor parlamentar da Fenajufe, o presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, deputado Waldemir Moka (PMDB-MS), decidiu que vai apresentar o relatório de receitas da proposta da LOA no dia 20 de outubro. Segundo

assessores da Liderança do Governo no Congresso Nacional, com os quais o assessor da Fenajufe entrou em contato, ficou acertado, ainda, que o relator, senador Gim Argelo, apresentará seu parecer preliminar no dia 29 de outubro, para ser votado somente em novembro.

A Fenajufe está agendando reunião com o Relator-Geral, ainda este mês, com o intuito de solicitar que inclua já a previsão orçamentária para implementação dos planos. Caso isso não seja possível sem sinalização do Poder Executivo, a Fenajufe vai pedir que aguarde o parecer até a reunião entre as autoridades do Executivo, (Lula e Dilma) do Judiciário e da PGR para que se evite a necessidade de modificação na LDO.

De qualquer forma, a mobilização da categoria junto aos ministros do STF e parlamentares será decisiva para a inclusão do PCS no orçamento.

A lição que fica dessas eleições

O resultado das últimas eleições não foi favorável para os servidores da justiça federal. A realização do segundo turno para a escolha do Presidente da República prolongou ainda mais a agonia que envolve a aprovação do Plano de Cargos e Salários (PCS) da nossa categoria. Executivo e Legislativo vão estar voltados para o pleito eleitoral do dia 31 de outubro, o que significa dizer que só a partir de novembro é que serão retomadas as negociações em relação ao PCS. Pior do que a demora na aprovação do PCS é a possibilidade de voltarmos à estaca a zero em relação às negociações. Como foi dito várias vezes na mesa de negociação, há um acordo institucional entre o Presidente Lula/Dilma e o Presidente do STF, no que tange a aprovação do PCS e, dependendo de quem irá ocupar a chefia do Executivo, as negociações só poderão ser retomadas no próximo ano, com uma eventual discussão para o PCS vigorar em 2012, na melhor das hipóteses. Isso se houver espaço para negociação, que no caso de Serra, terá todo interesse em aprovar ainda no primeiro semestre de 2011, o PL 549, que congela os salários dos servidores e impede a realização de concursos públicos até 2016.

Nunca é demais lembrar os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso e sua política de arrocho salarial, foram retirados

56 direitos dos trabalhadores, acabando com a paridade, integralidade de remuneração, fator previdenciário, estabilidade, obedecendo à cartilha do FMI. Apesar de pouco mencionado na campanha de José Serra, o modelo de gestão FHC será implantado com toda força, o que na prática significa o corte de recursos, privatização, terceirização, precarização das condições de trabalho dentro do serviço público e sucateamento da máquina pública a serviço do capital estrangeiro. O Poder Judiciário brasileiro não interessa ao FMI nem ao Banco Mundial. E os mais atingidos diretamente são os servidores. No plano das eleições do Legislativo, o resultado também não foi muito animador em relação ao crescimento da bancada sindical em Brasília, o que dificulta muito as negociações de temas pertinentes aos trabalhadores.

Um bom exemplo dessa situação é a nossa própria categoria que não conseguiu eleger representantes no legislativo para ajudar na interlocução desses temas. Aqui no ES, tivemos essa oportunidade com o colega, Analista, do TRT, Max Filho. Infelizmente, parece que a maioria da categoria não foi capaz de enxergar a importância dessa representação e ficamos mais uma a mercê de interesses individuais.

Estas eleições mostram indicativos de que precisamos pensar coletivamente e

umentar nosso poder de articulação e mobilização. Já passou da hora de elegermos representantes da nossa categoria para brigar não só pelos nossos interesses, mas por toda classe trabalhadora do País.

Esperamos que a categoria compreenda a responsabilidade e as perspectivas que teremos nas eleições presidenciais nesse segundo turno, no próximo dia 31.

- A última reunião ampliada da Fenajufe, ocorrida no último dia 16, em Brasília, aprovou o calendário de mobilização da categoria que conta com o Dia Nacional de Mobilização e de Lutas no dia 26 de outubro, greve de 24 horas no dia 11 de novembro e indicativo de greve por tempo indeterminado a partir do dia 17 de novembro.

- A Fenajufe enviou uma carta aos deputados federais com o objetivo de reforçar a campanha pela aprovação das Propostas de Emenda à Constituição 270/08 e 555/06, de interesse dos servidores públicos aposentados. Entidades sindicais e associações dos aposentados travam, há alguns anos, uma intensa campanha para que essas duas propostas sejam aprovadas na Câmara e no Senado Federal.

- Segundo estudo do Dieese divulgado nesse mês de outubro, Vitória é a terceira capital com a cesta básica mais cara do país. O maior aumento, de 3,67%, foi constatado em Salvador, seguido pelo Rio de Janeiro (3,62%) e Vitória (3,39%). Estamos ganhando de São Paulo e Brasília.

- Reitores de universidades federais brasileiras divulgaram um manifesto intitulado "Educação - O Brasil no Rumo Certo", defendendo o governo Lula como "aquele que mais se investiu em educação pública". É o medo da sombra da privatização das universidades públicas pairando novamente.

- O pleito deste ano foi marcado pela falta de representatividade de sindicatos e entidades de classe na Assembleia Legislativa do ES. Os candidatos conhecidos pela luta sindical não conseguiram se eleger, aumentando a possibilidade de haver certa apatia na Casa sobre questões trabalhistas, já que, além de bancada predominantemente governista, a Assembleia também fica carente da combatividade dos sindicalistas.

SE FICAR O BICHO COME SE CORRER O BICHO PEGA



...SE UNIR O BICHO FOGE !!



O JORNAL DO SINPOJUFES é uma publicação do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal do Espírito Santo.
Rua Duque de Caxias, 155, Edifício Renata, Sala 201
Centro - Vitória - ES, CEP: 29.010-120
Telefone: (0XX27) 3223-8273 - E-mail: sinpojufes.com.br
www.sinpojufes.com.br

Conselho Editorial:

Iracema Martins Pompermayer,
Denismar de Oliveira Marques e
Silvio Moreira Filho

Jornalista Responsável:

Erick Schunig MTEM 01657/JP

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica:

Interativa Marketing e Comunicação

Fotos:

Davi e Erick Schunig

Fotolito e Impressão:

Grafita Gráfica e Editora

Agressão a oficial de justiça revela condições precárias de trabalho

Há algumas semanas, o Sinpojufes e toda categoria foram surpreendidos com o caso de agressão ao oficial de justiça Fernando Amaral Amador dos Santos, servidor do TRT de Cachoeiro de Itapemirim.

Fernando foi agredido fisicamente e ameaçado de morte no último mês, no momento em que dava cumprimento a uma ordem judicial, num bairro da cidade. A situação foi tão grave a ponto de o agressor entrar em luta corporal com um dos policiais que estavam no local, conseguindo retirar-lhe a arma e efetuar

disparos.

Diante dessa situação, o Sinpojufes representado pelos diretores Iracema Pompermayer, Denismar de Oliveira Marques e Silvio Moreira Filho se reuniu no início do mês com a Presidente do TRT da 17ª Região, Vanda Decuzzi, solicitaram a remoção de Fernando e relataram as atuais condições de trabalho dos oficiais de justiça em



Fernando e a Presidente do TRT, Vanda Decuzzi



Fernando, a Presidente do TRT, Vanda Decuzzi, e os Diretores do Sinpojufes Iracema Pomermayer, Silvio Moreira e Denismar Marques durante a reunião no dia 04/10

nosso estado. Os diretores levaram ao conhecimento da Presidente do TRT, a dificuldade que os oficiais de justiça vêm encontrando para conseguir escolta policial para cumprir suas diligências, além da necessidade de treinamento para os oficiais recém-concursados.

A Presidente do TRT atendeu ao pedido do sindicato em relação à remoção de Fernando, que hoje se encontra em outro município e afirmou que iria acompanhar o caso. Ela também se comprometeu a conversar com o comandante de Polícia Militar sobre a dificuldade na concessão de escolta policial para as diligências, concordando com a proposta de realização de um treinamento específico para os novos oficiais de justiça.

A Direção do Sinpojufes repudia qualquer tipo de agressão aos membros da nossa categoria e sempre dará apoio e suporte aos servidores para que situações como esta não se repitam.

Processo do desconto previdenciário

Processo de execução do desconto previdenciário indevido

O Sinpojufes informa aos associados que vai proceder à execução dos autos do processo já tramitado e julgado. Para que seja feita sua execução, o sindicato avisa aos filiados que deverão outorgar procuração ao advogado do sindicato para o andamento ao referido processo.

O processo trata da restituição de valores descontados dos servidores a título de contribuição para o plano

de seguridade social a maior, já que eram feitos nos percentuais da Medida Provisória nº 560 de 27.07.2004 e pelas Medidas Provisórias subsequentes idênticas a esta. Na verdade a alíquota que deveria incidir sobre os vencimentos seria de 6% e não 12% e o pedido foi deferido.

O sindicato lembra aos associados que esse processo é referente ao desconto previdenciário indevido, entre os anos de 1994 a 1996. Abaixo a transcrição do acórdão referente ao

processo nº 1997.50.01.006418-2, emitido pelo TRF.

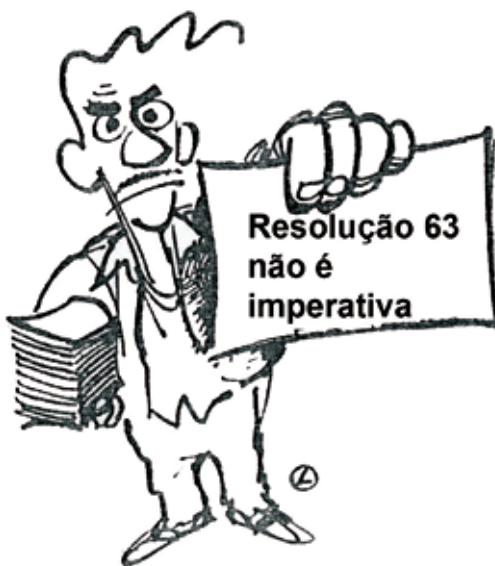
“Conforme visto, o direito dos substituídos restringe-se à restituição do valor que ultrapassou o percentual de 6% (seis por cento) de desconto sobre seus vencimentos, a título de contribuição previdenciária, nos meses de julho a outubro de 1994, merecendo, portanto, total confirmação a sentença que decidiu em consonância com o entendimento jurisprudencial pacífico sobre a matéria”

Resolução 63

Decisão sobre a aplicação da Resolução 63 Tema que gerou debates intensos dentro da nossa categoria, a Resolução 63 não é uma imposição, mas sim uma referencia aos Tribunais Regionais.

De acordo com Colégio de Presidentes e Corregedores dos TRTs (Coleprecor) decidiu, na semana no final de setembro, enviar ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) um ofício sobre a Resolução 63/2010. No documento, o Coleprecor ressalta que a Resolução não é imperativa; deve, ao contrário, servir como um dado referencial para os Tribunais Regionais, que aplicarão os seus preceitos de acordo com a realidade de cada estado.

A Resolução 63 instituiu a padronização da estrutura organizacional



e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. O Sinpojufes e demais sindicatos da categoria vinham alertando para os problemas que essa medida iria causar, já que impunha uma padronização

do número de funcionários de acordo com o montante de processos.

O documento elaborado pelo Coleprecor também solicita alteração do artigo 18, que fixava prazo de cinco anos para implementação das medidas referentes à Resolução 63. A modificação na redação dá mais tempo e autonomia para os TRTs se adequarem às mudanças.

O conteúdo do documento elaborado pelo Coleprecor também fala que essas mudanças estabelecidas pela Resolução 63 sejam feitas após uma fase de transição e que a redução de servidores, cargos em comissão e funções comissionadas só ocorrerão após comprovada a redução do volume de trabalho.

Sinpojufes realiza seminário para discutir formas de remuneração da categoria

Qual a melhor forma de remuneração para nossa categoria? Para dissipar essa e outras dúvidas o Sinpojufes realizará no dia 23 de outubro o seminário "Remuneração dos Servidores no Poder Judiciário: Vencimento X Subsídio". O evento vai ocorrer a partir das 13 horas, no auditório do Pleno do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e estará aberto para a participação de toda categoria.

O objetivo do sindicato é esclare-

cer à categoria sobre quais as vantagens e desvantagens das alternativas de remuneração para a categoria neste momento. O debate sobre a opção pelo subsídio ou a manutenção do vencimento vem acontecendo há algum tempo e o Sinpojufes acha oportuna a realização do evento, para que a categoria tenha consciência do rumo a ser tomado nesse momento de negociação do Plano de Cargos e salários.



Um deputado está tranquilamente tomando sol na praia, quando uma bela senhora se aproxima:

- Doutor, o que faz por aqui?

O deputado, querendo mostrar que advogados também podem ter veia poética, responde com ar conquistador:

- Roubando raios de sol...!!!

A senhora, sorrindo docemente:

- Vocês, políticos, sempre trabalhando...!!!